

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Premissas da Obra.....	16
Estrutura da Obra	17
A Quem se Destina	19

Capítulo 1

FUNDAMENTOS DA PERÍCIA EM SAÚDE SUPLE- MENTAR.....	21
1.1. Introdução	21
1.2. A Classificação dos Planos: Primeiro Passo da Análise Pericial.....	22
1.3. O Ecossistema Regulatório.....	23
1.3.1. A Legislação Federal.....	23
1.3.2. As Resoluções Normativas da ANS: Ferramentas de Auditoria	24
1.4. O Tripé Conceitual-Técnico: Mutualismo, Sinistralidade e VCMH.....	27
1.4.1. Mutualismo e o Pool de Risco.....	27
1.4.2. Sinistralidade	28
1.4.3. Variação de Custos Médico-Hospitalares (VCMH)..	29
1.5. As Competências Periciais: Demarcação e Sinergia.....	30
1.5.1. A Competência Atuarial: Validar a Premissa e o Método	31

1.5.2. A Competência Contábil: Auditar o Fato e Apurar o Resultado	31
1.5.3. A Sinergia: Por que a Perícia Conjunta é a Mais Completa	32
1.6. O Papel do Perito na Aferição da Onerosidade Excessiva: Limite Técnico e Parâmetro Judicial	33
1.6.1. O Limite Técnico: Fato versus Direito.....	33
1.6.2. O Parâmetro Técnico para a Decisão: Temas 952 e 1016 do STJ.....	33
1.7. Considerações Finais	34

Capítulo 2

O PROCEDIMENTO PERICIAL E A METODOLOGIA DE ANÁLISE..... 37

2.1. Introdução	37
2.2. A Classificação Prévia da Perícia: Verificação ou Arbitramento	38
2.3. A Due Diligence Processual: Leitura dos Autos e Mapa de Lacunas	40
2.4. Diligências: Protocolo, Conteúdo e Consequências da Omissão	42
2.5. A Sinistralidade Meta: O Nó Técnico da Perícia de Reajuste Coletivo	44
2.6. A Auditoria Contábil dos Insumos: O Cruzamento com o DIOPS	46
2.7. Metodologia de Arbitramento: Fundamento, Parâmetros e Limites.....	48
2.8. Elaboração do Laudo: Estrutura, Linguagem e Resolução	50
2.9. Considerações Finais	52

Capítulo 3**CASOS PRÁTICOS DE PERÍCIA EM SAÚDE SUPLE-
MENTAR 55**

3.1. Introdução	55
3.2. Caso 1 – Reajuste por Faixa Etária em Contrato Pós-Lei ...	56
3.2.1. Tipologia e frequência.....	56
3.2.2. Documentação essencial e mapa de lacunas.....	56
3.2.3. Os dois testes da RN nº 563/2022.....	57
3.2.4. Conclusão pericial e limite de competência	58
3.3. Caso 2 – Reajuste por Sinistralidade em Contrato Coletivo com Memória de Cálculo Deficiente.....	59
3.3.1. Tipologia e frequência.....	59
3.3.2. Documentação essencial e verificação do extrato pormenorizado	59
3.3.3. A Auditoria Contábil: Cruzamento DIOPS.....	60
3.3.4. Arbitramento: Parâmetros e Estrutura da Tabela Comparativa	61
3.4. Caso 3 – Contrato Pré-Lei não Adaptado.....	63
3.4.1. Especificidades do regime.....	63
3.4.2. Cláusula de reajuste e Súmula Normativa ANS nº 3/2001	64
3.4.3. Contratos pré-lei e o Art. 35-E da Lei nº 9.656/1998	64
3.5. Caso 4 – Microempresa Enquadrada como Coletivo Em- presarial	65
3.5.1. O achado pericial mais relevante e mais negligenci- ado.....	65
3.5.2. Procedimento de verificação	66
3.6. Caso 5 – Cumprimento de Sentença: Recálculo de Mensa- lidades	67
3.6.1. Natureza da fase e escopo pericial	67

3.6.2. Metodologia de recálculo	67
3.6.3. Divergências frequentes com o assistente técnico da ré.....	68
3.7. Caso 6 – Plano Odontológico Individual com Contrato Omisso quanto ao Índice de Reajuste.....	69
3.7.1. Tipologia e norma aplicável	69
3.7.2. Documentação essencial e mapa de lacunas.....	70
3.7.3. Verificação numérica e tabela comparativa.....	70
3.8. Caso 7 – Discrepância entre Extrato Pormenorizado e Dados Declarados ao Regulador (DIOPS)	72
3.8.1. Natureza do achado e sua posição na metodologia	72
3.8.2. Metodologia de cruzamento.....	73
3.8.3. Exemplo numérico com tabela comparativa.....	74
3.9. Caso 8 – Migração de Plano: Perda de Direitos Contratuais.....	76
3.9.1. Distinção normativa entre adaptação e migração.	76
3.9.2. Objeto pericial: três dimensões integradas	76
3.9.3. Estrutura do laudo e tabela comparativa.....	78
3.10. Considerações Finais	80

Capítulo 4

ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL, QUESITOS E COMUNICAÇÃO TÉCNICA	83
4.1. Introdução	83
4.2. O Laudo como Instrumento de Comunicação Técnica	84
4.3. A Arquitetura do Laudo: Cada Seção e Sua Função Processual	85
4.3.1. Identificação das Partes, do Processo e do Objeto Pericial	86
4.3.2. Considerações Iniciais e Classificação Metodológica	86

4.3.3. Das Diligências Realizadas	87
4.3.4. Análise Técnica: Verificação ou Arbitramento.....	88
4.3.5. Respostas aos Quesitos.....	90
4.3.6. Conclusão e Tabela Comparativa de Cenários	91
4.4. A Linguagem Técnica do Laudo: O Princípio da Constata- ção sem Conclusão Jurídica.....	92
4.5. Apresentação de Resultados Numéricos	94
4.6. Quesitos Típicos por Modalidade Pericial.....	95
4.6.1. Quesitos Típicos em Perícia de Faixa Etária.....	96
4.6.2. Quesitos Típicos em Perícia de Sinistralidade (Pla- nos Coletivos)	97
4.7. O Laudo de Esclarecimentos: Estrutura e Resposta a Impugnações.....	99
4.7.1. Impugnação Típica da Operadora: Uso do VCMH/ IESS como Parâmetro Inadequado.....	99
4.7.2. Impugnação Típica da Operadora: A NTA Justifica o Reajuste Aplicado	100
4.7.3. Impugnação Típica da Operadora: O Índice Indivi- dual como Parâmetro Inadequado	101
4.7.4. Impugnação Típica do Autor: A Sinistralidade Meta Arbitrária Invalida Todo o Cálculo.....	102
4.8. O Laudo em Fase de Cumprimento de Sentença.....	103
4.9. A Relação com os Assistentes Técnicos e o Contraditório Técnico	104
4.10. Considerações Finais	105

Capítulo 5

INTEGRAÇÃO COM OS OPERADORES DO DIREITO E O NAT-JUS..... 107

5.1. Introdução	107
5.2. O Relacionamento Técnico com o Magistrado	108

5.3. Comunicação com Advogados e Partes.....	109
5.4. Interação com o NAT-JUS e Servidores Judiciais	111
5.5. Cooperação com Assistentes Técnicos.....	113
5.6. Desafios Práticos ao Responder Quesitos Jurídicos.....	114
5.7. Considerações Finais	116

Capítulo 6

MÉTODOS DE QUANTIFICAÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS RECORRENTES EM SAÚDE SUPLEMENTAR..... 119

6.1. Introdução: da tipificação ao cálculo	119
6.2. Reajustes de Contraprestação Pecuniária	120
6.2.1. Distinção normativa entre planos individuais e coletivos.....	120
6.2.2. Protocolo de apuração do reajuste indevido.....	121
6.2.3. Reajuste por variação de faixa etária.....	123
6.3. Coparticipação e Franquia: Apuração de Cobranças Indevidas.....	123
6.3.1. Distinção entre os institutos e regimes aplicáveis.	123
6.3.2. Protocolo de apuração	124
6.4. Negativas de Cobertura: Quantificação dos Reflexos Patrimoniais.....	125
6.4.1. Natureza e limites da atuação pericial.....	125
6.4.2. Apuração do desembolso efetivo	126
6.4.3. Estimativa de custo quando não houve desembolso	126
6.5. Expurgos Inflacionários em Contratos Antigos.....	127
6.5.1. Contexto histórico e aplicabilidade à saúde suplementar	127
6.5.2. Metodologia de cálculo dos expurgos	128
6.6. Atualização Monetária e Composição do Valor Final	129
6.7. Considerações Finais	130

Capítulo 7**LITÍGIOS RECORRENTES EM SAÚDE SUPLEMENTAR:
REAJUSTE POR SINISTRALIDADE, VARIAÇÃO DE
CUSTOS MÉDICO-HOSPITALARES E FATOR ETÁRIO 133**

7.1. Introdução	133
7.2. Reajuste por Sinistralidade em Planos Coletivos	134
7.2.1. Natureza e Fundamento Regulatório.....	134
7.2.2. A Apuração Pericial do Índice de Sinistralidade.....	135
7.2.3. Conflitos Mais Frequentes e Sua Tradução Pericial	137
7.3. Variação de Custos Médico-Hospitalares.....	138
7.3.1. O Reajuste Anual e Sua Metodologia.....	138
7.3.2. A Apuração Pericial do Reajuste Anual em Planos Coletivos	139
7.3.3. Hipóteses de Cumulatividade Indevida	140
7.4. Fator Etário: Fundamento, Marcos Regulatórios e Controvérsias	140
7.4.1. A Lógica Atuarial do Fator Etário	140
7.4.2. A Evolução Normativa das Faixas Etárias.....	141
7.4.3. A Tese do STJ (Tema Repetitivo 952) e Suas Implicações Periciais	142
7.4.4. Metodologia Pericial para Aferição dos Percentuais Etários.....	143
7.5. Fenômenos Transversais: Agrupamento, Cumulatividade e Assimetria Documental.....	145
7.5.1. Contratos Coletivos com Menos de 30 Beneficiários – Agrupamento Obrigatório.....	145
7.5.2. Cumulação de Reajustes e o Risco de Sobreposição	145
7.5.3. Assimetria Documental e Ônus da Prova: o Papel do Perito.....	146

7.6. Enquadramento Regulatório dos Planos Médico-Hospitais: Referência Normativa	147
7.6.1. Reajuste Anual por Variação de Custos – Regimes por Modalidade Contratual.....	148
7.6.2. Variação por Mudança de Faixa Etária – Regras e Vedações	150
7.6.3. Aspectos Periciais Relevantes – Checklist de Verificação.....	151
7.7. Reajuste em Planos Operados por Autogestão.....	152
7.7.1. Particularidades Normativas.....	152
7.7.2. Aspectos Periciais Específicos.....	153
7.8. Postura Pericial nos Litígios de Reajuste.....	153

Capítulo 8

MODELOS DE QUESITOS E CASOS PRÁTICOS COMENTADOS..... 155

Parte I – Modelos de Quesitos por Tipologia de Lide

8.1. Tipologia 1: Reajuste por Faixa Etária em Plano Individual (Pós-RN 63/2003).....	156
8.2. Tipologia 2: Reajuste Anual em Plano Coletivo por Sinistralidade – Arbitramento.....	158
8.3. Tipologia 3: Reajuste em Plano Individual Regulamentado – Verificação do IRPI.....	160
8.4. Tipologia 4: Coparticipação – Apuração de Cobrança Indevida	162
8.5. Tipologia 5: Negativa de Cobertura – Apuração do Desembolso do Beneficiário.....	163

Parte II – Casos Práticos Comentados

8.6. Caso Prático 1: Reajuste por Faixa Etária com Violação do Teste I	165
--	-----

8.7. Caso Prático 2: Reajuste Coletivo por Sinistralidade – Arbitramento com VCMH/IESS.....	166
8.8. Caso Prático 3: Cumprimento de Sentença – Recálculo de Mensalidades com Faixa Etária	168
8.9. Caso Prático 4: Discrepância entre Extrato Pormenorizado e DIOPS	170
8.10. Considerações Finais do Capítulo	171

Capítulo 9

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PERITO CONTÁBIL NA CONSTRUÇÃO DA PROVA TÉCNICA EM SAÚDE SUPLEMENTAR..... 173

9.1. O que Este Campo Exige do Perito	173
9.2. Tendências do Contencioso e Seus Reflexos Periciais.....	175
9.2.1. A Judicialização Crescente dos Planos Coletivos....	175
9.2.2. A Regulação em Movimento: Tendências Normativas da ANS.....	176
9.2.3. O Uso de Dados e Tecnologia na Perícia.....	177
9.3. O que Não Muda.....	178
9.4. A Construção da Credibilidade Pericial	180
9.5. Nota Final	181

REFERÊNCIAS 183